

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Decreto-Lei n.º 47 094

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Para ocupar o lugar criado pelo Decreto-Lei n.º 38 697, de 24 de Março de 1952, de adjunto do presidente da Comissão Nacional da F. A. O., cujas funções se revestem de carácter permanente e contínuo, pode o Ministério dos Negócios Estrangeiros requisitar a outro Ministério, em comissão de serviço, um técnico ao qual será atribuído, por conta da dotação orçamental atribuída à Comissão Nacional da F. A. O., o vencimento correspondente à letra F da tabela de vencimentos.

§ único. O funcionário requisitado nos termos deste decreto-lei abre vaga no respectivo quadro do seu Ministério, sem prejuízo da sua substituição interina no quadro a que pertencer, e tem direito à contagem do tempo de comissão como de efectivo serviço para todos os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Julho de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.*

## Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

### Aviso

Por ordem superior se faz público que no dia 22 de Junho de 1966 se procedeu à troca dos instrumentos de ratificação entre o Governo Português e o Governo do Luxemburgo da Convenção de segurança social entre Portugal e o Luxemburgo, concluída em 12 de Fevereiro de 1965.

A referida Convenção foi aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 46 278, de 17 de Abril de 1965.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 5 de Julho de 1966. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães.*

### Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Organização Intergovernamental Consultiva da Navegação Marítima, a República Argentina e a República da Coreia depositaram os instrumentos de aceitação das Regras internacionais para prevenir abalroamentos no mar, de 1960.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 5 de Julho de 1966. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães.*

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

### Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra

### Decreto n.º 47 095

Considerando que foi adjudicada à firma Ascensores Abis, L.<sup>da</sup>, a empreitada de execução e montagem de elevadores para o edifício da Matemática da Faculdade de Ciências da Cidade Universitária de Coimbra;

Considerando que para a execução de tal empreitada, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 270 dias, que abrange parte do ano de 1966 e parte do de 1967;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato com a firma Ascensores Abis, L.<sup>da</sup>, para a empreitada de execução e montagem de elevadores para o edifício da Matemática da Faculdade de Ciências da Cidade Universitária de Coimbra, pela importância de 425 000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra despende com pagamentos relativos aos trabalhos executados, por virtude do contrato, mais de 400 000\$ no corrente ano e 25 000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1967.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Julho de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Eduardo de Arantes e Oliveira.*

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

### Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

### Decreto-Lei n.º 47 096

Foram considerados como próprios para a execução da Lei n.º 1971, de 15 de Junho de 1938, os terrenos baldios da freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, cuja área é de 170 ha aproximadamente.

Cumpridas as formalidades prescritas nas bases V, VII, IX e XI da citada lei;

Atendendo ao parecer favorável do Conselho Técnico dos Serviços Florestais;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São submetidos ao regime florestal parcial obrigatório os baldios da freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã, cuja área é de 170 ha aproximadamente.

Art. 2.º A arborização dos baldios, a exploração e conservação dos povoamentos florestais e a construção das diversas obras complementares efectuar-se-ão por conta